



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

AURORA ARAÚJO LEAL

**PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA:
CONFLITOS E DESAFIOS NOS ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.**

**CAMPINA GRANDE
2024**

AURORA ARAÚJO LEAL

**PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA:
CONFLITOS E DESAFIOS NOS ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Educação Especial.

Orientadora: Prof. Dra. Ruth Barbosa de Araujo Ribeiro.

**CAMPINA GRANDE
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L435p Leal, Aurora Araujo.
Profissionais de apoio escolar da criança com deficiência
[manuscrito] : conflitos e desafios nos espaços da educação
infantil / Aurora Araujo Leal. - 2024.
40 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC. "

1. Educação infantil. 2. Inclusão. 3. Profissionais de apoio
escolar. I. Título

21. ed. CDD 372

AURORA ARAÚJO LEAL

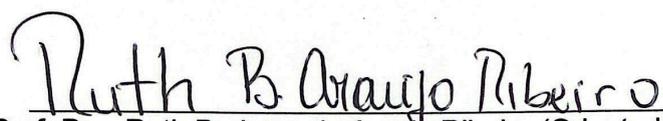
PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA:
CONFLITOS E DESAFIOS NOS ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Trabalho de Conclusão de curso apresentada ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

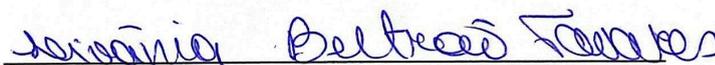
Área de concentração: Educação Especial.

Aprovada em: 18/03/2024

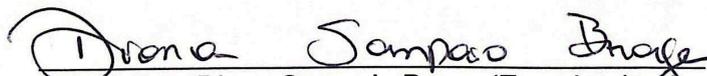
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Ruth Barbosa de Araujo Ribeiro (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Livânia Beltrão Tavares (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Diana Sampaio Braga (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba

A minha mãe, que não teve tempo em vida de acompanhar todo processo da minha formação acadêmica , DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me permitir concluir a minha graduação, não me deixando faltar forças nem ânimo diante as adversidades, me permitindo concluir o curso de Pedagogia.

À minha orientadora, Dra. Ruth Ribeiro, por toda dedicação, paciência, companheirismo e disponibilidade.

A minha mãe, Valdeci Maria (*in memoriam*), que sempre sonhou em me ver formada, e me orientou a colocar os estudos em primeiro lugar. Embora não estivesse fisicamente presente, me ancorei em sua memória para me dar forças para continuar ao longo desses 4 anos.

Ao meu pai José Romilson, que sempre me apoiou nas minhas escolhas.

A minha tia Rosane Leal, que é minha inspiração para a docência, e que foi uma mentora durante todo tempo da graduação.

A minha irmã Geizy Santos, que também compartilhava do sonho de que eu me formasse.

Ao meu companheiro Carlos Silvio, que foi um presente que a UEPB me deu, por todo incentivo, ajuda e compreensão desde o princípio até o final desse projeto.

Aos meus colegas de curso, especialmente: Karoline, Melissa, Keven, Thayse e Larissa, por todos os momentos compartilhados, a companhia nas aulas remotas e todo companheirismo que se transformou em uma relação de amizade.

Agradeço às professoras que compuseram essa banca, Dra. Livânia Beltrão e Dra. Diana Sampaio, pela observação crítica e contribuições relevantes acerca do presente trabalho.

A todos os professores que cruzaram a minha vida e acenderam a minha paixão pela docência, profissão tão encantadora.

A todos os colegas da turma de pedagogia 2020.1. Passamos por 2 anos de aulas remotas, desafios relacionados a COVID-19, mas seguimos juntos e fortes até o final da caminhada.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente nessa caminhada acadêmica, que é árdua, mas ao lado de pessoas boas, o caminho fica mais leve.

RESUMO

O presente trabalho, de final de curso, trata sobre Profissionais de Apoio Escolar, na modalidade cuidador, que estão inseridos junto à criança com deficiência no espaço da Educação Infantil. Objetivamos compreender os desafios das atribuições do Profissional de Apoio Escolar nesse ambiente. Dessa maneira, a pesquisa apresenta-se com cunho qualitativo e análise do conteúdo, tomando por base MINAYO (2012) e BARDIN (2011). Para obtermos resposta aos objetivos propostos, aplicamos um questionário, enviado de forma online, para dez participantes. Tivemos como fundamentação e embasamento teórico de análise autores a exemplo de: (RIBEIRO,2015), (NORBERT ELIAS, 2006), (GAUDENZI e ORTEGA, 2016), (DINIZ, 2007) dentre outros. Concluimos que a busca pelo direito à educação inclusiva e igualitária vem tomando rumos cada vez mais necessários e impulsionando mudanças significativas nas políticas educacionais nos últimos anos, demonstrando a preocupação atenuante acerca dessa temática por estudiosos, profissionais e movimentos sociais. Porém, quem está na linha de frente da inclusão, a exemplo do Profissional de Apoio Escolar, encontra-se invisibilizado, apesar de tantas atribuições desempenhada, ele permanece a margem do processo inclusivo, pois nem se quer sua função foi legalmente reconhecida. Fato que precisa acontecer o mais rápido possível.

Palavras-Chave: Inclusão, Profissional de Apoio Escolar. Educação Infantil.

ABSTRACT

The present work, at the end of the course, deals with School Support Professionals, in the caregiver modality, who are involved with children with disabilities in the Early Childhood Education space. We aim to understand the challenges of the School Support Professional's duties in this environment. In this way, the research presents itself with a qualitative nature and content analysis, based on MINAYO (2012) and BARDIN (2011). To obtain a response to the proposed objectives, we administered a questionnaire, sent online, to ten participants. As theoretical foundation and basis for analysis we used authors such as: (RIBEIRO, 2015), (NORBERT ELIAS, 2006), (GAUDENZI and ORTEGA, 2016), (DINIZ, 2007) among others. We conclude that the search for the right to inclusive and egalitarian education has become increasingly necessary and has driven significant changes in educational policies in recent years, demonstrating the mitigating concern about this issue by scholars, professionals and social movements. However, those who are on the front line of inclusion, such as the School Support Professional, are invisible, despite having so many responsibilities, they remain on the sidelines of the inclusive process, as not even their role is legally recognized. A fact that needs to happen as quickly as possible.

Keywords: Inclusion, School Support Professional, Early Child Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa Etária.....	25
Gráfico 2 – Formação Acadêmica	26
Gráfico 3 Tempo que exerce a função de Apoio Escolar.....	27
Gráfico 4 Considera a sua função desafiadora para a prática inclusiva?.....	28
Gráfico 5 Desafios que perpassam à realidade.....	28
Gráfico 6 Como lida com possíveis desafios de sua função?.....	31
Gráfico 7 O governo e a sociedade oferecem suportes suficientes?.....	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base nacional Comum Curricular
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
ONU	Organização Das Nações Unidas
PCD	Pessoa Com Deficiência
PNE	Plano Nacional de Educação
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR: PERCURSO DA PROFISSIONALIZAÇÃO.....	13
2.1	A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL	15
2.2	LEIS QUE ASSEGURAM A EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	18
2.3	A CRIANÇA ESTÁ INCLUÍDA NA ESCOLA REGULAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO.....	21
3	METODOLOGIA E SUJEITOS DA PESQUISA	23
3.1	RESULTADOS E DISCUSSÕES: O QUE DIZEM AS PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA SOBRE A REALIDADE DO CUIDAR.....	25
4	CONCLUSÃO	34
.	REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

O direito de acesso e a permanência das pessoas com deficiência a uma Educação Inclusiva e Igualitária vem tomando rumos cada vez mais necessários e impulsionando mudanças significativas nas políticas educacionais nos últimos anos, visto que a inclusão é algo relativamente novo no Brasil e que ainda está sendo construído socialmente. A garantia do acesso a esse direito demonstra uma preocupação acerca dessa problemática por estudiosos, profissionais e movimentos sociais que buscam assegurar que todas as crianças com deficiência tenham o direito ao apoio durante a sua fase escolar. Porém, quem está na linha de frente da inclusão (os profissionais de apoio escolar) são invisibilizados e colocados à margem do processo educacional, sem que tenha um olhar sobre as barreiras enfrentadas por essas pessoas, que são várias, desde a falta de incentivos até a necessidade de formações específicas sobre a área que estão atuando.

Os profissionais de apoio escolar muitas vezes não são da área educacional e não tem competências para ajudar no dia-a-dia dos alunos, e acabam acumulando outras funções dentro da escola, que perpassam a realidade do cuidar. Além de receberem salários baixos e uma carga horária maior, muitas vezes não são acolhidos pelos demais profissionais da escola. Compreender esses conflitos é fundamental para desenvolver estratégias que promovam uma educação inclusiva e de qualidade para todas as crianças, buscando driblar, junto com esses trabalhadores, os desafios impostos no dia a dia.

Diante de tais apontamentos é urgente pautar as ambiguidades em torno dos profissionais de apoio escolar da criança com deficiência no espaço da Educação Infantil, tema crucial ante as demandas atuais deste campo educacional. É preciso friccionar, limar esse assunto como uma forma não só teórica, mas como um ato político/pedagógico, que acione uma práxis fundamentada em um construto sólido e que intervenha na realidade do campo que envolve a Educação em nosso país.

A presente pesquisa, tem como delimitação a necessidade de olhar para o profissional de apoio escolar de pessoas com deficiência nos espaços escolares da Educação Infantil, e como acontece a aproximação deles com a inclusão e aprendizagem do aluno, buscando entender como deve acontecer um apoio adequado às crianças com deficiência baseado nas suas atribuições. O formulário

aplicado buscou uma aproximação entre o apoio e o pesquisador, para que fosse possível entender a realidade do seu exercício laboral.

Em Campina Grande-PB, município dessa pesquisa, existe o Projeto de Lei Nº:8.014/2010, que traz a legitimação do direito de um cuidador, uma vez que este profissional: “o acompanhe de forma mais individualizada no ambiente escolar, em sua mobilidade, necessidades pessoais e realização das tarefas afins, e que dentre as atribuições primordiais do cuidador, está a auxiliar os alunos que demandem necessidades sejam elas de locomoção, uma vez que apenas a estrutura física não assegura o acesso do educando ao estabelecimento de ensino sem o suporte de outrem, higienização, bem como alimentação e comunicação. A Lei existe mas muitas vezes não é seguida.

O campo de estudo sobre a deficiência no Brasil percorreu um longo caminho até chegar na construção social que temos hoje em dia, um caminho de muito preconceito e desinformação, pois a falta de conhecimento sobre a importância da educação especial para os alunos com deficiência construiu um cenário estigmatizado, onde a sociedade acreditava que o local para os alunos com deficiência era na escola especial, longe dos alunos ditos “normais”.

Porém, aos poucos, essa realidade está sendo mudada, e as pessoas com deficiência estão tendo cada vez mais direitos sociais e educacionais, dentre eles, o direito ao apoio escolar para os estudantes com deficiência auditiva, visual, física ou intelectual ou com transtorno do espectro autista como garantido pela LBI (Lei Brasileira de Inclusão). A LBI foi um marco super importante para a educação inclusiva que garantiu direitos aos estudantes com as deficiências citadas no seu documento.

Mas, ao passo que esses direitos são previstos pela lei, não são garantidos de fato na realidade. A falta de investimento na inclusão dos alunos com necessidades especiais, a precariedade das escolas e a falta de incentivo são as maiores problemáticas enfrentadas pelo profissional de apoio escolar de crianças com deficiências na Educação Infantil. De acordo com o Censo da Educação Básica (Brasil,2022), o percentual de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades matriculados em classes comuns vem aumentando ao longo dos anos, e alinhado a esse aumento, deve-se investir na inclusão e na capacitação dos profissionais que estão no apoio direto a esses estudantes. As escolas brasileiras devem ter primeiramente a estrutura adequada - pois, segundo

Malaguzzi, a escola é o terceiro educador - para então ter profissionais capacitados para atender crianças típicas e atípicas ao da melhor forma.

As dificuldades encontradas na inclusão são inúmeras e perpassam a realidade do apoio escolar, pois é uma problemática estrutural, que vem desde o preconceito em torno da educação especial até a precariedade das escolas brasileiras por falta de recursos. Porém, incluir a criança com deficiência é importante para a Educação caminhar de acordo com o conceito da equidade, que é um dos objetivos centrais a serem garantidos para a educação de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Deste modo, o intuito dessa pesquisa é conhecer a realidade do profissional do apoio escolar que atua na Educação Infantil, a realidade do seu trabalho, os desafios encontrados na prática inclusiva e quais meios são utilizados para lidar com essas dificuldades. Compreender esses desafios é de suma importância para que os órgãos responsáveis pela educação olhem para os alunos que têm o direito ao apoio escolar garantido pela LBI recebam esse apoio com maior qualidade.

2 PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR: PERCURSO DA PROFISSIONALIZAÇÃO.

O profissional de apoio escolar de crianças com deficiência é um pilar fundamental na educação inclusiva de qualidade. Sua atuação vai além da assistência física, abrange a assistência pedagógica e a inclusão do aluno com as outras crianças. Sua presença é essencial para garantir que a escola seja um espaço inclusivo, pois dá a oportunidade das crianças com deficiência aprenderem e se desenvolverem plenamente

Muito tem se pesquisado e debatido sobre os direitos das pessoas com deficiência nos espaços da educação escolar. Esses debates têm conduzido a necessidade de uma reestrutura da organização escolar. Entre essas reestruturas insere-se a figura do profissional de apoio escolar (O/a cuidador/a), ou seja, “professores para o atendimento educacional especializado, tradutores e intérpretes da libras, guia intérprete e profissional de apoio” (Brasil, 2012 p.21). Esse último, refere-se ao profissional que auxilia nos cuidados das crianças pequenas, no entanto, não são todas as crianças com deficiência que tem o direito de ter um profissional de apoio, sobre isso, a LBI enfatiza, no inciso XIII:

profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas; (LBI, 2015,p.03)

Diante disso, se faz necessário entender que atribuições esse profissional tem desenvolvido no espaço da sala regular de ensino, pois ainda existe muita confusão de sua prática em sala de aula. A própria LBI enfatiza que são excluídas técnicas e procedimentos identificadas como profissões, ou seja, não é necessário ter nenhum curso superior ou técnico para trabalhar no apoio escolar de crianças com deficiência, mas, muitas vezes, essa falta de profissionalização do apoio escolar dificulta a sua atuação para garantir a inclusão das crianças com deficiência. Sabemos que de acordo com a LBI de 2015, são muitas e diferentes atribuições prestadas por esse profissional .O papel do profissional de apoio na educação inclusiva contribui com a superação de barreiras físicas por parte dos alunos. Como

citado no inciso XIII da LBI, o apoio escolar deve realizar atividades de alimentação, higiene e locomoção da criança com deficiência, mas, muitas vezes por desconhecimento da lei, as escolas colocam os profissionais de apoio escolar em vários papéis que não lhe cabem , o que acaba conduzindo a conflitos e desafios do desempenho dessa função..

Possivelmente, essa indissociabilidade entre as tarefas estejam relacionadas no desenvolvimento da função desse profissional no contexto da sociedade, pois de acordo com o site da classificação brasileira de ocupações (CBO), essa função ainda não é reconhecida, fato que acaba por gerar conflitos sobre como deve atuar esse profissional. No entanto, segundo Ribeiro (2015, p.93), “quando o indivíduo passa a exercer o início de uma profissão, esses problemas ou essas dificuldades tornam-se , de certa maneira, naturais”. Ou seja, sobre isso, Norbert Elias 2006 afirma que:

disparidades podem surgir ora em virtude de mudanças técnicas, ora em consequência de condições e exigências sociais. Quaisquer que sejam suas causas imediatas, elas criam dificuldades específicas, produzem atritos e conflitos, confrontam cada membro de uma profissão com problemas que não são por eles criados. (ELIAS, 2006, P. 91)

No entanto, não podemos deixar de enfatizar sobre a importância dessa profissão no espaço social para que as atribuições desse profissional possam se dar de maneira mais congruente, pois acreditamos que quanto mais claras essa função estiver, mais a criança com deficiência terá possibilidades na concretude da inclusão no espaço da escola regular.

É bem sabido que essa função tem gerado conflitos não apenas a quem desempenha, mas também a outros profissionais nos espaços da escola, de acordo com Ribeiro (2015), esses profissionais, os quais muitas vezes por não entenderem as atribuições necessárias ao desempenho dessa função, acabam por contribuir para desfuncionalização dessa atividade, quando orientam os profissionais de apoio ao desempenho de outras atividades a exemplo das orientações pedagógicas.

2.1 A construção social da deficiência no Brasil.

A construção social da deficiência no Brasil é um ecossistema complexo que envolve fatores culturais, históricos e políticos. A deficiência não é apenas uma condição médica, mas também é influenciada pela maneira como a sociedade a entende e a trata. Essa construção perpassa por um longo caminho de desinformação e preconceito, pois a deficiência ainda é vista por muitos como “tragédia pessoal”. Segundo Gaudenzi e Ortega (2016), desta perspectiva, a desvantagem vivida pelos deficientes é efeito de desvantagens naturais inerentes aos contornos do corpo e, portanto, seus impedimentos são reconhecidos como infortúnios privados, uma tragédia pessoal. Diversos autores criticam esse ponto de vista e afirmam que essa narrativa envolve uma ideia de incapacidade e corrobora para o preconceito.

Essa ideia de tragédia pessoal contribuiu para uma relutância da sociedade para as pessoas com deficiência, não as vendo como sujeitos para eles. Segundo Paul Hunt, sociólogo deficiente físico, a experiência da deficiência não era resultado da lesão individual, mas de uma sociedade hostil à diversidade humana. A própria sociedade tratou os deficientes com exclusão para a aquisição dos seus direitos, e que até hoje em dia precisam lutar por direitos básicos, como a inclusão educacional.

No Brasil, ao longo de grande parte de sua história, as pessoas com deficiência foram marginalizadas e estigmatizadas. Os estudos sobre deficiência são um campo pouco explorado, visto que, historicamente, os deficientes são vistos como incapacitados, dependentes do outro e até mesmo da proteção divina. Esses indivíduos tiveram os seus direitos mais tardios do que os sujeitos “normais”. A Constituição de 1824, trouxe o primeiro traço de proteção à pessoa deficiente no artigo 179, inciso XIII, que garantia o direito de igualdade, mas ainda não temos esses direitos de fato garantidos. A exclusão dos direitos das pessoas com deficiência à vista dos direitos das pessoas “normais”, resultou em um estigma de exclusão social, falta de acesso a oportunidades educacionais e de emprego, além de dificuldades para participar plenamente na vida pública.

As contribuições sobre a construção da deficiência se devem aos saberes da filosofia, psicologia, educação e medicina moderna, que se deu a partir das últimas décadas do século XVIII, que em conjunto, fizeram com que o pensamento científico

começasse a se desvencilhar do pensamento religioso (Foucault, 1997). Os estigmas mitológicos acerca da pessoa deficiente existiram por muito tempo, onde eram vistos como "anjos", ou por entidades malignas, começaram a ser vistas como fatos empíricos, se distanciando das concepções religiosas, favorecendo a construção de um olhar médico ao deficiente. Na década de 80, a rejeição ao modelo médico de que a deficiência deve ser corrigida ganha força, assim como a defesa de que os "ajustamentos" não deveriam ser dos indivíduos deficientes, mas da sociedade, pois ela que era desajustada em relação a estes (Gaudenzi e Ortega, 2016, p.3063).

Mas, o que é um corpo com deficiência? Segundo Débora Diniz (2007, p.9), o corpo com deficiência somente se delineia quando contrastado com uma representação de o que seria o corpo sem deficiência. Desse modo, o que seria a deficiência se não uma construção social?

O olhar higienista, propagado durante décadas, mesmo sem essa nomenclatura, existe desde a Grécia Antiga, a deficiência era vista como um sinal de fraqueza e impureza, e as crianças que nasciam com deformidades físicas ou mentais eram frequentemente abandonadas ou sacrificadas, era comum jogá-las em florestas, essa prática era justificada pois em Esparta se valorizava a força física e disciplina, e as crianças consideradas "defeituosas" eram vistas como um fardo para a comunidade e, portanto, eliminadas. Já na Idade Média, existia a "roda dos muros dos mosteiros" , um dispositivo cruel e desumano usado para abandonar crianças com deficiência, onde se colocavam essas crianças sem identificação para que os monges a recolhessem, pois existia um estigma social propagado também pela igreja, que pregava a deficiência como maldição ou punição divina. Hitler também propagava em suas teorias nazistas, trazia o deficiente como indivíduo que não deveria existir, pois era apenas uma escória para a sociedade, que deveria ser perfeita e plena a partir de um olhar da normalidade branca-europeia da Alemanha nazista. Esse ódio e ideia de sociedade perfeita perpassou as fronteiras, e formou um pensamento ocidental em torno da deficiência , e no Brasil, mesmo sendo um país misto e diversificado, as pessoas "fora dos padrões" eram, e ainda são , mal vistas, e sofrem por conta do preconceito enraizado advindo dessas teorias.

No âmbito da educação para pessoas deficientes, o século XX foi marcado por influências da medicina e ideários higienistas, principalmente nos períodos de 1900

a 1920, conhecendo e classificando os alunos como normais ou anormais a fim de se dar o tratamento adequado.

Nesse cenário, o psicólogo italiano Ugo Pizzoli traz a representação da pedagogia pela figura da árvore com dois sub troncos: um forte, com folhas e frutos, simbolizando o “normal”, e o outro, com frutos murchos. Faziam parte desses frutos ruins: criminosos, tarados, idiotas, cretinos, imbecis, surdos-mudos, cegos de nascença e deficientes físicos (Carvalho, 2003, p.297). Essa ideia de frutos bons e ruins é fruto da sua época, uma época que se colocavam os deficientes físicos e mentais como escória da sociedade, advindo de todo percurso que a sociedade construiu em relação a essas pessoas, o que perpassa até hoje, pois ainda existem preconceitos advindos desse imaginário.

Essa ideia propaganda por Ugo Pizzoli estava intrínseca a realidade escolar, pois essa ideia dos frutos maus ditava o destino do alunado, se o aluno tivesse anomalias simples, poderiam “frequentar as escolas dos normais” para serem corrigidos e modificados, mas, os ditos degenerados, deveriam ser “excluídos absolutamente das escolas dos normais” (Thompson, 1916, apud carvalho, 2003, p.299). Dessa forma se instituiu as classes homogêneas, excluindo as pessoas vistas anormais do convívio na classe regular.

Segundo Werneck (1993), foi em meados do século XX, com os avanços da pesquisa genética que Jerome Lejeune, cientista francês, reformulou a concepção de deficiência, que não tinha nada a ver com qualquer degeneração racial. Segundo evidência Andrea (2007):

Observam-se mudanças nos tratamentos médicos e educacionais, baseados nas novas descobertas da ciência, mas encontram-se, ao mesmo tempo, questões em aberto, principalmente no que se refere às relações entre o "deficiente" e a sociedade: a culpa dos pais, a crença na sua incapacidade, o estigma; sugerindo, dessa forma, elementos de ordem psicológica e social na concepção da "deficiência". (Wuo, 2007, p.8)

A mudança do olhar da sociedade para com os deficientes se dá a partir dessas contribuições, e a sociedade passou a ver a deficiência por uma ótica psicológica e social. Essa mudança de paradigma é um salto para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária em relação as pessoas com deficiência.

Já no Brasil, as leis de inclusão são recentes, pois não era uma preocupação incluir a pessoa deficiente como sujeito social, essas pessoas eram

sentenciadas a viver dentro das suas casas tendo cuidados e sendo excluídos da sociedade. Segundo o Censo de 2000, 14,5 da população brasileira é PCD, cerca de 24,5 milhões de pessoas. Esse número realça a necessidade de um olhar mais atencioso sobre as necessidades dessa população, que acima de tudo, necessitam de se afirmarem como sujeitos sociais. As leis que garantem a inclusão caminham a passos lentos, tomando como ponto de partida a quantidade de tempo que essa problemática é citada, o que revela a falta de notoriedade dada pela sociedade para com essas pessoas.

A Constituição Federal de 1988, por exemplo, distribuiu a igualdade de direitos para todos os cidadãos, incluindo aqueles com deficiência, que trouxe alguns avanços, como: proibição da discriminação em relação a deficiência, direito à igualdade de oportunidades, direito à acessibilidade, à educação, ao trabalho e a saúde, que movimentou os órgãos competentes a garantirem esses direitos previstos. Também é um marco importante a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU em 2008, onde o Brasil se comprometendo a garantir a inclusão plena e eficaz dessas pessoas em todas as esferas da sociedade. Durante os anos, leis foram criadas para garantir os direitos das pessoas com deficiência, mas ainda existem dificuldades para garanti-las.

A construção social da deficiência no Brasil está em constante evolução. Movimentos de ativismo e defesa dos direitos das pessoas com deficiência têm ganhado força, promovendo uma mudança de paradigma. A ênfase está cada vez mais na capacidade, diversidade e contribuição das pessoas com deficiência para a sociedade. As leis para a inclusão estão sendo cada vez mais debatidas e garantidas, porém ainda andamos por um caminho de desinformação e preconceito que devem ser extinguidos para garantir uma sociedade igualitária e uma educação sem estigmas para com os alunos PCD.

2.2 Leis que asseguram a educação de pessoas com deficiência

As leis que garantem o acesso à educação de PCD'S foram pensadas a parte das leis dos ditos "normais", pois não era de interesse social prever educação as pessoas com deficiência, por serem superestimadas em relação ao seu intelecto e sua capacidade de ascensão social. Os primeiros movimentos que possibilitaram a educação de pessoas com deficiência datam o período da monarquia, que foram

necessários para posteriormente existirem leis para assegurar o direito à educação desses indivíduos. As primeiras escolas específicas para pessoas com deficiências no Brasil foram o Instituto dos Meninos Cegos (1854) e o Instituto Nacional de Surdos (1855). Porém, o tratamento nesses institutos não era humanizado, às pessoas atendidas eram afastadas de suas famílias para serem acompanhadas ou educadas em instituições e escolas especiais, criadas especialmente para esse fim, deste modo, o estigma de que esses indivíduos não eram bem vindos em escolas normais era reforçado, colocando-os em escolas que funcionavam na modalidade de internato.

Após severas críticas de profissionais ligados à área da Educação Especial para essa modalidade de atendimento, na década de 1930, a deficiência passa a ser vista como uma condição do ser humano, que não impede o processo de aprendizagem, apenas exige que ele se desenvolva de forma diferenciada, possibilitando a inclusão dessas pessoas à sociedade.

A criação de Leis para garantir a Educação de pessoas com deficiência vem sendo construída mais especificamente nos últimos 50 anos, a luz da inclusão social, que contribuiu para a elaboração de políticas e leis na criação de programas e serviços focados no atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais (JÚNIOR, 2012). Dentre elas, se destacam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1986 e a Declaração de Salamanca, dentre outras, que iniciaram avanços importantes na legislação da educação inclusiva. A LDB em consonância com a Constituição Federal garante a todos os mesmos direitos.

[...] a luta pela inclusão das pessoas com deficiência é fortalecida no mundo todo, deixando para trás a história de séculos de descaso e discriminação em relação às suas necessidades diferenciadas. (PIRES; SANCHES; TORRES, 2011, p. 02)

A primeira vez que a educação de pessoas com deficiência foi citada em lei foi com a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 1961 – Lei Nº 4.024, que fundamentava o atendimento educacional às pessoas com deficiência, chamadas no texto de “excepcionais”. O termo “excepcionais” caiu em desuso por ser pejorativo e não especificar a deficiência a qual a criança teria para ser melhor tratada. A LDBEN cita que :“A Educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação, a fim de integrá-los na comunidade.” A lei trazia a ideia de integração das pessoas com deficiência na educação básica.

A segunda Lei de Diretrizes e Bases Educacionais do Brasil de 1971 (Lei Nº 5.692) substituiu a anterior e afirma a importância do tratamento especial a pessoas com deficiência: “ Deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial” (LDB, 1971, P.23), Esse documento foi de extrema importância para caminhar com a Educação Especial, , mas essa nova LDBEN não promovia a inclusão nem integração na rede regular, e sim determinava a escola especial como destino certo para as crianças com deficiências.

A Constituição Federal de 1988 no artigo 208, trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, e afirma que é dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Nos artigos 205 e 206, afirma-se, respectivamente, “a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. a Constituição Federal de 88 é um marco em várias esferas sociais, e para a educação é imprescindível pois instaurou a ideia da educação como um direito de todos, sem restrição, sendo as pessoas com deficiência incluídas e devendo ter condições de acesso e permanência na escola regular

A Declaração de Salamanca de 1994 é considerada um marco para a Educação Inclusiva, e foi adotada durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais. Este documento reafirma o compromisso global com a promoção de uma educação inclusiva que atenda às necessidades de todos os alunos, independentemente de suas diferenças e habilidades. Salamanca destaca a importância de sistemas educacionais que reconheçam e valorizem a diversidade, garantindo oportunidades equitativas para todos. Além disso, a declaração enfatiza a necessidade de superar barreiras e desafios para a inclusão, promovendo práticas pedagógicas que permitam a participação plena e eficaz de cada aluno na comunidade escolar. Desde então, a Declaração de Salamanca continua a influenciar políticas educacionais em todo o mundo, inspirando esforços contínuos para construir sociedades mais inclusivas por meio da educação. A Declaração reforça uma educação de qualidade que cite discriminação e exclusão e é considerada um dos principais documentos que visam a inclusão, ao lado da

Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos (1990).

Também é um marco importante para a educação especial o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que trata de diversos aspectos relacionados à inclusão das pessoas com deficiência. Em seu capítulo IV, a lei aborda o acesso à Educação e traz avanços importantes, como a proibição da cobrança pelas escolas de valores adicionais pela implementação de recursos de acessibilidade. O texto diz que o sistema educacional deve ser inclusivo em todos os níveis, mas não cita explicitamente que a matrícula de alunos com deficiência deva se dar na rede regular, em vez de escolas especiais, o que é um ponto de controvérsias.

As leis que garantem o acesso das pessoas com deficiência foram construídas nos últimos anos a partir da necessidade de se incluir o aluno com deficiência nas salas regulares, sendo necessário várias adaptações a partir da necessidade prevista. Além do Estatuto da Pessoa com Deficiência, do PNE, da BNCC, existem decretos, portarias, resoluções, notas técnicas e leis que dispõem sobre o assunto, que refletem a evolução ou retrocesso na discussão de inclusão das diversidades. Sem dúvidas as leis que existem garantem o acesso aos alunos com deficiência são de extrema necessidade para a inclusão, por isso devem ser divulgadas e garantidas, para promover a equidade de pessoas com deficiência, tendo acesso a recursos e serviços necessários às suas necessidades específicas, para reduzir as desigualdades e garantir que todos tenham a oportunidade de alcançar o seu potencial.

As leis de inclusão também têm o papel de reduzir a discriminação, pois no Brasil ainda é uma realidade o preconceito com pessoas deficientes, por isso é importante que as leis que garantem direitos aos PCDS sejam garantidas, pois promove respeito à diversidade e constrói uma sociedade mais justa.

2.3 A criança está incluída na escola regular? : Desafios e possibilidades de inclusão.

A inclusão escolar de crianças com deficiência é imprescindível, um direito universal previsto na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), dentre outras leis e diretrizes educacionais que tratam sobre a educação especial, que buscam transformar as instituições para atender a

diversidade existente e romper com a característica excludente das escolas que não aceitavam alunos com deficiência por fugir do padrão do dito “aluno normal”.

Como afirma Figueiredo (2000), a Educação Infantil é a porta de entrada para inclusão escolar, sendo este nível de ensino marcado pelo desenvolvimento das aquisições linguísticas, atitudinais, afetivas, sociais e psicomotoras, em que as crianças interagem com muito mais liberdade, sem a preocupação permanente de ter um currículo para cumprir, e é de extrema importância que as crianças com deficiência já iniciem os seus estudos na pré-escola, para garantir o seu desenvolvimento integral e a convivência com outras crianças.

Dentre as Leis da Educação Inclusiva, a declaração de Salamanca foi um marco, pois a partir dela, as discussões e preocupações sobre a inclusão escolar tiveram início, porém, mesmo após quase 30 anos desse marco, alguns professores e o pessoal de apoio escolar se queixam da falta de conhecimento de lidar com as necessidades educacionais especiais. O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (BRASIL, 1998, v.1, p. 68), traz que: "a instituição deve proporcionar condições para que os profissionais participem de momentos de formação de naturezas diversas como reuniões, palestras, visitas, atualizações por meio de filmes, vídeos etc.". Porém, infelizmente nem todas as instituições dão o suporte adequado para os professores e profissionais de apoio, tendo que buscar formações externas. Nesse contexto, afirmam Abramowicz, Rocha e Cunha (2002) que, para que a inclusão escolar de crianças com deficiência se concretize na Educação Infantil, são necessários investimentos em programas de formação de professores, com vistas a prepará-los para receber esses alunos na rede regular de ensino. A formação é um caminho que facilita o entendimento dos profissionais acerca das deficiências e como manejar os alunos da melhor forma, por isso deve ser uma realidade nas escolas.

De acordo com o Censo da Educação Básica (Brasil, 2022), o percentual de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades matriculados em classes comuns tem aumentado gradualmente para a maioria das etapas de ensino. Com exceção da EJA, as demais etapas da Educação Básica apresentam mais de 90% de alunos incluídos em classes comuns em 2022. Em comparação com anos anteriores, as matrículas de alunos com deficiência vem aumentando, e as instituições de ensino devem adequar o seu currículo para garantir a inclusão, pois a inserção dos alunos com deficiência é realidade, e não

podemos fechar os olhos e continuar a ver a escola como um espaço só para alunos típicos. Porém, sabemos que existem obstáculos que dificultam a inclusão e permanência desses indivíduos no espaço escolar, dentre eles: a falta de infraestrutura adequada, professores e pessoal de apoio qualificado, participação da comunidade escolar, falta de recursos e o preconceito com as pessoas com deficiência, todas essas problemáticas dificultam o acesso a inclusão dos alunos com deficiência nas salas regulares e devem ser mitigadas juntamente com os órgãos responsáveis pela educação.

Segundo Enumo (2005), pesquisas mostram que os alunos com algum tipo de deficiência encontram-se incluídos apenas fisicamente no ambiente escolar. Muitas vezes esses alunos são matriculados e não comparecem a escola, e quando comparecem, são colocados de lado no processo de aprendizagem.

Faz-se, portanto, necessário que educadores explorem diferentes formas de ensinar, com propostas pedagógicas adequadas às necessidades de cada aluno com ou sem deficiência, possibilitando que o aprendizado seja possível e fazendo com que essas crianças sejam, de fato, incluídas (MITTLER, 2003).

A importância da figura do apoio escolar direto para as crianças com deficiência é imprescindível, pois eles, juntamente com o professor, devem traçar metodologias para que a inclusão desse aluno seja eficaz e que garantam que o aluno esteja de fato incluído, mas, para garantir a inclusão, todas as pessoas que estão diretamente ligadas aos alunos devem saber, de fato, como vão garantir.

3 METODOLOGIA E SUJEITOS DA PESQUISA

Esse trabalho apresenta abordagem qualitativa e quantitativa. Sobre a primeira, busca compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos. “Ou seja, desse ponto de vista, a linguagem, as práticas e as coisas são inseparáveis” (MYNAYO, 1993, p. 24), possibilitando um olhar mais próximo da realidade do objeto estudado. A abordagem qualitativa em espaços educacionais é interessante para aproximar o pesquisador do objeto e romper a ideia positiva da sua própria produção científica.

A escolha do método qualitativo nos aproximou, mesmo que de forma remota, a realidade do apoio escolar das crianças com deficiência, como também aos desafios enfrentados pelos profissionais de apoio escolar.

Já a segunda abordagem, de acordo com Fonseca (2002) refere-se a dados que podem ser quantificados. O autor afirma que “a pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc.” (FONSECA, 2002, p. 20). Para Fonseca (2002), a união dessas duas abordagens permite uma coleta de dados mais completa.

Para essa pesquisa, foi elaborado um formulário online, com cerca de 10 profissionais de apoio escolar do município de Campina Grande - PB, que atuam na Educação Infantil de espaços públicos e privados. A coleta dos dados ocorreu entre os meses de Setembro a Outubro de 2023. As perguntas foram abertas e fechadas para dar a oportunidade dos profissionais discorrerem sobre as questões.

Todas as pessoas que responderam o questionário são do sexo feminino e trabalham como apoio escolar de crianças com deficiência na Educação Infantil, sendo essas de diversas áreas, como: pedagogia, psicologia, fisioterapia e estudantes com Ensino Superior incompleto.

Depois de coletados, os dados foram analisados sobre a ótica conteudística proposta por Bardin (2011). Segundo Bardin (2011, p.15), a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.

Sobre isso, Santos (2012, p. 5) reafirma que a análise de conteúdo é uma leitura “profunda”, determinada pelas condições oferecidas pelo sistema linguístico e objetiva a descoberta das relações existentes entre o conteúdo do discurso e os aspectos exteriores. Ademais, a técnica permite a compreensão, a utilização e a aplicação de um determinado conteúdo. E posteriormente analisados de forma qualitativa, de acordo com Minayo (2012) a pesquisa qualitativa proporciona um modelo de entendimento profundo de ligações entre elementos, direcionado à compreensão da manifestação do objeto de estudo.

A aplicação da metodologia de análise do conteúdo ajudou a identificar padrões recorrentes, organizar e resumir informações, proporcionando uma sistemática dos dados coletados. Na pesquisa realizada, essa metodologia ajudou a organizar os dados obtidos para análise, proporcionando uma relação mais próxima do pesquisador com o público pesquisado.

Os resultados dos dados dos questionários também foram transformados em gráficos. Quando a resposta era pessoal, analisamos preferencialmente sem gráficos, para copiar fielmente o que a pesquisada queria expor. Com o uso dos

gráficos, pudemos observar os resultados também de uma forma quantitativa. Nesse sentido, foi possível alcançar os objetivos propostos.

3.1 Resultados e discussões: o que dizem as profissionais de Apoio Escolar sobre a realidade do cuidar.

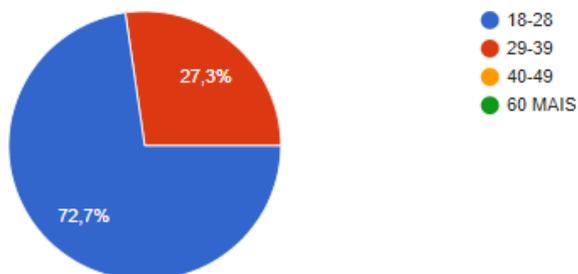
Os dados obtidos através do formulário eletrônico buscou evidenciar as atribuições do profissional de apoio escolar na modalidade cuidador de crianças com deficiência nos espaços da Educação Infantil. A primeira pergunta foi acerca da idade das cuidadoras, sendo no universo de 11 respostas, 72,7% têm idade entre 18-28 anos, seguidos por 27,3% entre 29-39 anos.

Gráfico 1- Faixa Etária

QUAL SUA FAIXA ETÁRIA DE IDADE?

11 respostas

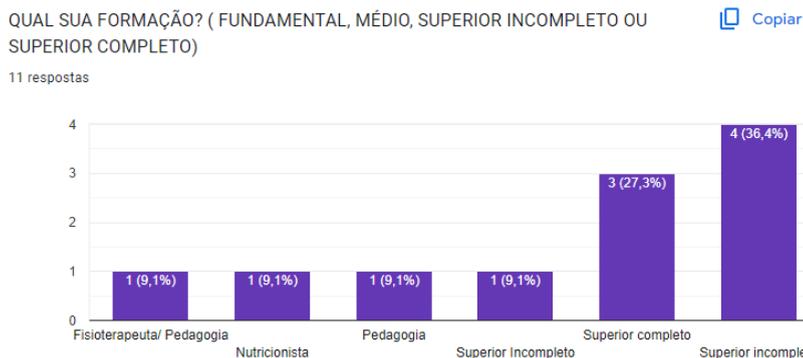
 Copiar



Fonte: Elaborado pela autora.

A segunda pergunta foi em relação à formação acadêmica do profissional de apoio escolar, obtivemos 11 respostas que demonstraram formações acadêmicas diversas:

Gráfico 2 - Formação acadêmica



Fonte: Elaborado pela autora

Ao analisarmos as respostas, observamos uma variação de formação do profissional de apoio escolar. Por ainda não ser uma profissão regulamentada, acaba-se não tendo uma especificação quanto a formação desses indivíduos, sendo eles: fisioterapeutas, pedagogos e outras áreas de atuação. O gráfico demonstrou que a maior parte dos profissionais de apoio escolar não possui curso superior completo (36,4), seguido por superior incompleto (27,3), o que revela que não há uma função estabelecida para atuar nessa área.

É imprescindível que exista uma regulamentação quanto à formação inicial desses indivíduos, para que eles sejam capacitados para atuar com crianças na primeira etapa escolar, não sendo uma tarefa para qualquer profissional, pois, de acordo com Ribeiro:

entendemos que o currículo com especificidades da criança e da Educação na perspectiva da Educação Inclusiva, trará conhecimentos mais aprofundados sobre o desenvolvimento integral infantil, preferencialmente na graduação de pedagogia, pois o currículo desse curso, em sua maioria, está voltado para áreas específicas de aprendizagens e desenvolvimento da criança . (Ribeiro, 2015,p.106)

Ainda ressaltamos que é necessário que o pedagogo seja cotado para estar nesse local, pois estuda o desenvolvimento infantil e a aprendizagem, que é chave para a inclusão desses indivíduos.

A terceira pergunta foi relacionada aos indicadores que fizeram com que esses indivíduos trabalhassem no apoio escolar. Para tanto, selecionamos 5 respostas e utilizaremos as nomenclaturas P1, P2, P3, P4, P5 para garantir o sigilo das profissionais. São elas:

Respostas da terceira pergunta:

P1: Demanda alta nas escolas.

P2:Falta de oportunidade tanto na minha área de formação, quanto emprego no comércio.

P3: Oportunidade de emprego.

P4: Necessidade financeira.

P5: Necessidade de obter experiência.

A quarta pergunta foi relacionada ao tempo em que esses indivíduos exercem o papel de apoio escolar.

Gráfico 3 - Tempo de Trabalho



Fonte: Elaborado pela autora

Ao analisar o gráfico, percebemos que a maioria dos entrevistados atua a pouco tempo na escola, entre 1 ano a 2 anos, e outra parte, cerca de 18,2% das entrevistadas, trabalham no apoio escolar entre 4 e 5 anos. O que demonstra uma certa inexperiência na função que assumem, causando assim uma certa instabilidade sobre as atribuições desenvolvidas no espaço junto às crianças com deficiência. De acordo com Ribeiro 2015, p.114 são os tempos envolvidos no processo civilizador, que mesmo não seguindo uma linha reta, possibilita aos representantes de uma profissão conhecimentos, habilidades, competência, atitudes e saberes acumulados ao longo do tempo.

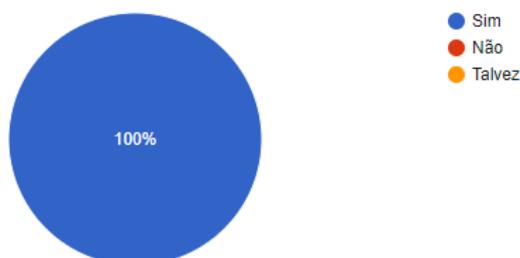
A quinta pergunta indaga sobre os desafios enfrentados pelos profissionais de apoio e a prática inclusiva, sendo uma expressiva resposta de 100% de que a sua função é desafiadora para a prática inclusiva.

Gráfico 4 - Você considera sua função desafiadora para prática inclusiva?

VOCÊ CONSIDERA SUA FUNÇÃO DESAFIADORA PARA A PRÁTICA INCLUSIVA?

 Copiar

11 respostas

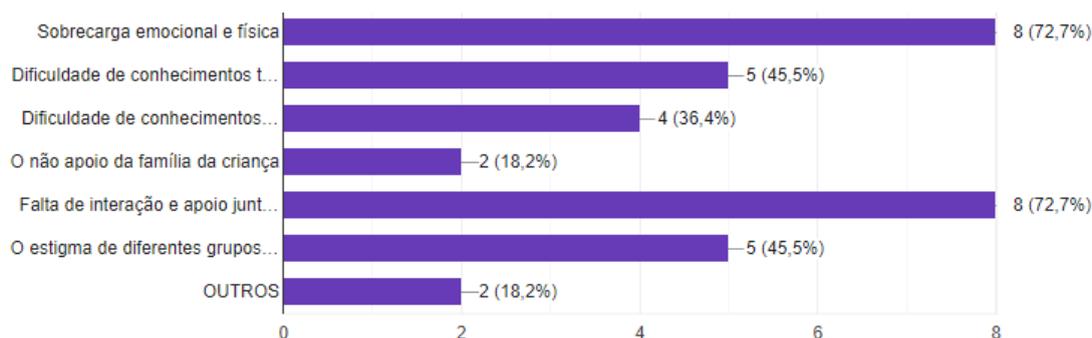


Fonte: Elaborado pela autora.

A massiva adesão para a resposta positiva em relação aos desafios enfrentados pelo profissional de apoio escolar para a prática inclusiva revela as dificuldades que encaram todos os dias. Sem dúvidas o exercício laboral praticado pelo profissional de apoio é desafiador, por conta da falta de incentivos, da vivência do chão da escola, dentre outros fatores que acabam dificultando a realidade dos mesmos, o que frustra e dificulta a inclusão dos alunos com deficiência nos espaços da Educação Infantil. Essa resposta revela uma homogeneidade positiva em relação aos desafios entre o apoio escolar e a pertinência dessa pesquisa para possibilitar um trabalho com menos desafios para esses profissionais.

Ainda sobre os desafios encontrados pelo apoio escolar, a sexta pergunta foi relacionada às problemáticas que perpassam a sua prática. Segue o quadro de respostas e as suas porcentagens:

Gráfico 5 - Desafios que perpassam a sua realidade.



Fonte: Elaborado pela Autora

Dentre os desafios enfrentados, se destacam a sobrecarga emocional e física (72,7 %) e a falta de interação e apoio junto da equipe pedagógica da escola. Sem dúvida, a sobrecarga emocional e física é uma das maiores problemáticas em diversos exercícios laborais, e se destaca no exercício do profissional de apoio à criança com deficiência. Essa sobrecarga pode acarretar falta de motivação e prejuízo emocional, resultando em um mau desempenho laboral, estresse, falta de consistência na sua abordagem e até impacto na saúde emocional da criança cuidada, visto que o profissional pode acabar projetando sentimentos mal elaborados devido os atravessamentos das demandas do seu trabalho. É fundamental reconhecer e abordar a sobrecarga emocional do apoio escolar para promover um ambiente mais favorável ao desenvolvimento educacional da criança com deficiência. Tudo isso somado à falta de valorização e as dificuldades enfrentadas, impossibilitam a inclusão efetiva na Educação Infantil.

A falta de interação e apoio junto da equipe pedagógica também é um dos fatores predominantes que dificultam a realidade do profissional de apoio escolar. Muitas vezes o profissional de apoio não consegue dar sua opinião em relação a inclusão da criança, as atividades realizadas e o acompanhamento com elas, esses profissionais devem ter espaço para participarem ativamente das atividades realizadas pelas crianças. Por isso é importante o reconhecimento de sua profissão.

Seguidos das respostas mais expressivas, temos a dificuldade de conhecimentos teóricos sobre a inclusão (45,5%), o estigma no espaço escolar sobre a deficiência da criança (45,5%), dificuldades de conhecimentos específicos sobre a deficiência da criança cuidada (36,4%), e o não apoio da família da criança (18,2%), seguido de “outros” (18,2%). Como afirma Débora Diniz (2012),” Para o modelo médico, a deficiência é consequência natural da lesão em um corpo, e a pessoa com deficiência deve ser objeto de cuidados biomédicos [...] diferente das abordagens biomédicas, deficiência não deveria ser entendida como um problema individual, uma “tragédia pessoal” ” (DINIZ, 2012 P.15).

Esses dados apontam os mais alarmantes conflitos e desafios enfrentados pelo profissional de apoio escolar nos espaços da Educação Infantil. A falta de conhecimentos teóricos sobre inclusão mostram a realidade de que esses profissionais não estão preparados para trabalhar com a criança com deficiência.

Conhecimentos básicos sobre inclusão e deficiência deve ser um pré-requisito para desempenhar a função do apoio escolar. O não apoio da família da criança também é um obstáculo, pois muitas vezes a própria família não aceita a condição da criança e não aceitam o apoio específico para ela. Sem dúvidas esses conflitos devem ser repensados para criar uma realidade diferente e mais saudável para esses profissionais desempenharem o seu papel com mais precisão e segurança. Os números em relação as dificuldades encontradas pelos profissionais de apoio escolar apontam uma realidade em que esses profissionais vivem, lidando todos os dias com o preconceito em relação à deficiência da criança cuidada.

O reconhecimento da profissão do cuidador poderia ser um passo importante para resolver alguns dos problemas enfrentados por essa categoria profissional, mas não seria uma solução para todos os desafios. Poderia proporcionar reconhecimento e valorização profissional, além da melhoria de condições de trabalho e promoção da inclusão. Mas, é necessário que haja uma mudança de paradigma cultural em relação ao preconceito de pessoas com deficiência para garantir que esses profissionais desempenhem o seu papel da melhor forma, e ainda mais, como propõe Ribeiro, é importante: a instigação de uma reconfiguração documental, cultural, salarial, política e acadêmica para o estabelecimento de tal profissão (Ribeiro, 2015, p.121)

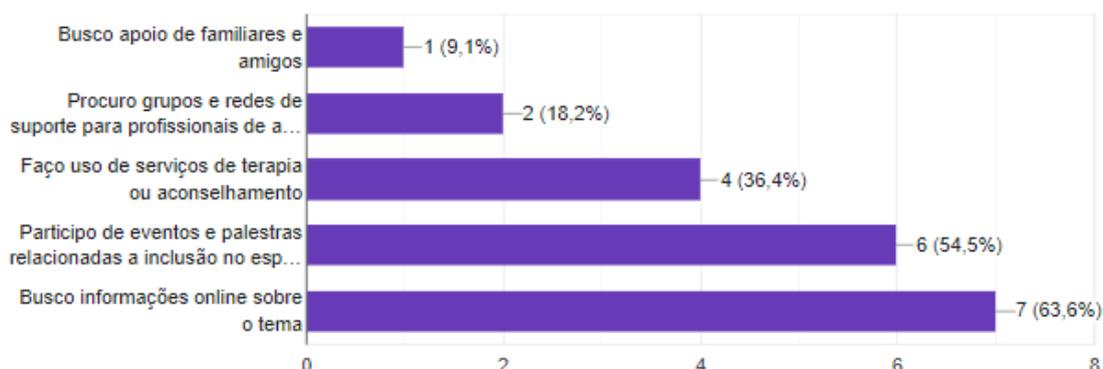
A sétima pergunta foi em relação a como os profissionais de apoio escolar lidam com os possíveis desafios enfrentados na sua profissão, se buscam ajuda externa e como essa ajuda os auxilia. As respostas foram marcadas e no gráfico abaixo veremos as opções que os entrevistados utilizam.

Gráfico 7- Como lidam com os desafios?

COMO VOCÊ LIDA COM POSSÍVEIS DESAFIOS DE SUA FUNÇÃO?



11 respostas



Fonte: Elaborado pela Autora

O apoio emocional para esses profissionais vêm de diversos lugares. O maior percentual entre os entrevistados foi de busca online sobre o tema (63,6%), que é uma opção viável mas não ajuda diretamente aos problemas específicos enfrentados. Em segundo lugar está na participação em eventos e palestras relacionadas a inclusão (54,5%) que ajuda a esses profissionais no que tange a formação continuada que deve ser oferecida e procurada por esses profissionais para que se atualizem sempre sobre a sua prática. Também aparece nas respostas o uso de terapia e aconselhamento (36,4%), que é extremamente necessário para que esses indivíduos elaborem sobre os seus desafios para esses profissionais e sejam ajudados psicologicamente, tendo acompanhamento psicológico regular. Outra chave para lidar com os desafios é a participação em grupos e redes de suporte para que os profissionais compartilhem suas vivências e ações exitosas entre si, aparecendo em 18,2% das respostas do formulário. E por último os profissionais também relataram que buscam apoio em familiares e amigos (9,1%) das respostas.

Percebemos que grande parte desses profissionais de apoio escolar da Educação Infantil não tem um suporte específico para compartilhar as suas emoções, e que muitas vezes acabam sendo excluídos do ambiente escolar por não fazerem parte efetiva do quadro de profissionais da escola. É necessário que busquem apoio em grupos, apoio terapêutico e nos demais profissionais (psicólogos, psicopedagogos, professores das salas de AEE) para darem suporte na sua prática.

Na oitava questão os entrevistados responderam sobre se eles acham que a modalidade do apoio escolar é desvalorizada. Seleccionamos 5 respostas da questão e utilizaremos as nomenclaturas P1, P2, P3, P4, P5 para garantir o sigilo.

RESPOSTAS OITAVA QUESTÃO:

P1: Sim, acredito que muitos pais não entendem a real função do apoio, confundido realmente como uma cuidadora do seu filho, além da desvalorização salarial, da falta de apoio, principalmente psicológica devido a uma ir ande sobrecarga, já que o apoio cuida de várias crianças com deficiência simultaneamente.

P2: Sim, pois nos colocam no lugar de “babá” desconhecem o seu trabalho e seu estudo sobre a deficiência da criança !

P3: Sim, encontramos muitas dificuldades de apoio principalmente por parte da equipe pedagógica e muitas vezes não somos reconhecidos como importantes naquele espaço.

P4: Sim, encontramos muitas dificuldades de apoio principalmente por parte da equipe pedagógica e muitas vezes não somos reconhecidos como importantes naquele espaço

P5: Sim, precisamos de formações para melhor atender as necessidades da criança, assim como supervisão adequada com profissionais especializados na área.

É perceptível que entre o pessoal de apoio escolar é quase unânime que a sua profissão é desvalorizada, as respostas trouxeram a falta de entendimento de terceiros sobre a sua função, confundindo com “babás” ou “cuidadoras”. Também foram citados a desvalorização salarial, sobrecarga emocional, falta de apoio dos outros profissionais da escola, e a falta de supervisão com profissionais especializados na área.

Por não ser uma profissão regulamentada, suas atribuições ainda não são específicas, e outros profissionais, sobretudo da direção da escola, utilizam dessa falta de regulamentação para usar os profissionais de apoio em outras áreas da escola (decoração, secretária, etc). Por isso é extremamente necessário que a profissão do cuidador seja regulamentada para que essas problemáticas diminuam.

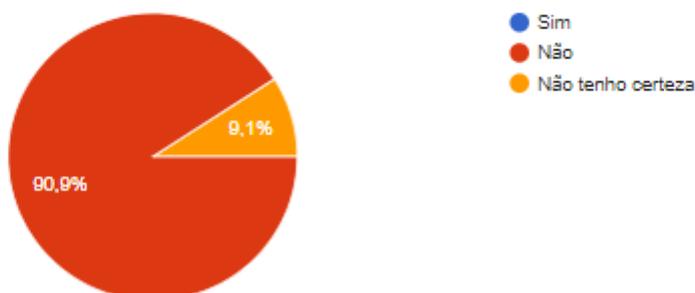
As perguntas 9 e 10 foram relacionadas ao suporte que o governo dá aos profissionais de apoio escolar.

Gráfico 9 - Apoio do governo e sociedade para os profissionais.

VOCÊ ACREDITA QUE GOVERNO E SOCIEDADE, OFERECEM SUPORTES PEDAGÓGICOS E EMOCIONAIS SUFICIENTES PARA O PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR?

 Copiar

11 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

É perceptível que o governo e a sociedade não oferecem suportes pertinentes para a atuação do profissional do apoio escolar. Sem suporte esses profissionais não conseguem garantir um apoio escolar eficiente às crianças com deficiência, pois essas precisam de cuidados, espaços e atenção especial. As respostas desse gráfico foram dissertadas pelos próprios profissionais de apoio escolar na questão 10, sobre o que pode ser melhorado para oferecer mais assistência aos profissionais. Utilizaremos 5 respostas para representar o total das respostas obtidas, sendo representadas de P1, P2, P3, P4 e P5.

Respostas décima questão:

P1: Reconhecimento, tanto salarial, como para as próprias pessoas.

P2: Atendimento psicológico, capacitação técnica e grupos de estudo e trocas

P3: Muitas vezes os profissionais da área não tem cursos preparatórios e preparação adequada para atuar no campo da educação especial e inclusiva, conseqüentemente acredito que o governo deveria promover capacitações para os profissionais que atuam na área e para os que vão atuar.

P4: Capacitações, palestras dentro das escolas, melhor acolhimento, melhor salário, melhores condições de trabalho.

P5: Maior conhecimento da temática e práticas que sejam, de fato, inclusivas.

Essa pesquisa possibilitou um local de fala para os profissionais de apoio escolar. É perceptível a falta de investimento para esses profissionais que são tão importantes para a inclusão dos alunos com deficiência em todas as etapas da educação, sobretudo na Educação Infantil, que é o primeiro passo para a escolarização. O governo deve investir em formação continuada e cursos profissionalizantes, como também garantir um salário digno, até porque, como afirma Ribeiro (2015), às estruturas sociais não existem sem os indivíduos, assim como as profissões necessitam de indivíduos para representá-las em uma certa época (Ribeiro, 2015, p. 131). Por isso, enfatizamos o apoio governamental com políticas públicas que venham favorecer a presença do profissional de apoio escolar na sala de aula junto a crianças com deficiência. E a profissão do apoio escolar deve ser regulamentada para ser definido as suas atribuições para com a criança com deficiência.

4 CONCLUSÃO

Em suma, esse estudo demonstrou que os Profissionais de Apoio Escolar da criança com deficiência na Educação Infantil convivem com diversos desafios no que diz respeito à inclusão das crianças na sala de aula, do preconceito que a sociedade ainda tem com as pessoas com deficiência, e também na desvalorização da sua atividade laboral. Por não ser uma profissão regulamentada, esse profissional não tem atribuição específica, dando brechas para várias interpretações para sua prática entre os demais profissionais da escola. Os profissionais que desempenham essa função relatam dificuldades no desempenho das suas funções, na desvalorização como profissional e na falta de incentivos do governo.

Constatamos que é preciso que esses profissionais de apoio escolar tenham acesso a formações continuadas para adquirirem conhecimentos específicos e apoio que facilitem a sua prática. Também é necessário uma mudança de paradigma da sociedade em relação à pessoa com deficiência, para que não sejam julgados e se sintam pertencentes aos espaços sociais, como na sala de aula.

Essa pesquisa contribui para o tema pois ainda não há muitos estudos publicados em relação ao profissional de apoio escolar. Essa pesquisa é limitada, visto a quantidade de participantes que responderam o questionário proposto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 07 jul. 2023.. Acesso em: 07/02/2024

Brasília, 1988. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994. Disponível em: <portal.mec.gov.br/salamanca.pdf>. Acesso em: 20/11/2023

COSTA, J. D. V.; VILARONGA, C. A. R. **Papéis dos profissionais de apoio escolar na educação infantil em um município do Pará.** Zero-a-seis, v. 24, p. 769-793, 2022. DOI 10.5007/1518-2924.2022.e83574. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/83574>. Acesso em: 20/11/2023.

MELO, F.R.L.V.; FERREIRA, C.C.A. **O cuidar do aluno com deficiência física na educação infantil sob a ótica das professoras.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.15, n. 1. Disponível em: [Rev. bras. educ. espec;15\(1\): 121-140, jan.-abr. 2009. tab | LILACS \(bvsalud.org\)](#). Acesso em: 20/11/2023

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-norma-actualizada-pl.pdf. Acesso em: 20/11/2023

WUO, Andréa Soares. **A construção social da Síndrome de Down.** *Cad. psicopedag.*, São Paulo, v. 6, n. 11, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-10492007000100

PICCOLO, Gustavo Martins; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência.** *Educação & Sociedade*, v. 34, p. 459-475, 2013. Disponível em: [SciELO - Brasil - Contribuições a um pensar](#)

[sociológico sobre a deficiência Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência](#). Acesso em: 05/11/2023.

Ribeiro, Ruth Barbosa de Araujo. **Conscientização E Autonomia: Desafios E Possibilidades Na Formação Continuada Do Professor De Atendimento Educacional Especializado (AEE)**. 2015. Disponível em: [Conscientizacao e autonomia: desafios e possibilidades na formacao continuada do professor de Atendimento Educacional Especializado \(AEE\) \(ibict.br\)](#). Acesso em: 06/03/2024.

RIBEIRO, Ruth Barbosa de Araújo. **Educação, figuração e poder : a profissão de apoio escolar na modalidade cuidador(a) em processo de desenvolvimento**. 2023 . Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba. UFPB, João Pessoa, 2023. Acesso em: 10/03/2024.

Censo da Educação Básica (Brasil, 2022). Disponível em:<https://download.inep.gov.br/areas_de_atuacao/notas_estatisticas_censo_da_educacao_basica_2022.pdf> . Acesso em: 11 mar. 2024.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007. Disponível em: [Biblioteca Digital e Sonora: O que é deficiência \(unb.br\)](#). Acesso em: 09/03/2024.

BARDIN, laurence. **Análise do conteúdo**. Traduzido por Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011. Disponível em: [\(PDF\) BARDIN, L. \(1977\). Análise de conteúdo. Lisboa edições, 70, 225. | renan silva - Academia.edu](#). Acesso em: 10/03/2024

MINAYO, Maria Cecilia de S. SANCHES, Odécio. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?** Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública. Disponível em: [SciELO - Brasil - Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?](#). Acesso em: 10/03/2024.

BARBOSA, Veronica Marques. **O cuidador e suas atribuições no contexto da educação inclusiva: Experiência no sistema municipal de ensino de campina**

Grande- **PB.** Editora Realize. Disponível em:
<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/44823>. Acesso em: 10/03/2024.